

NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica

que atendem consumidores finais. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO TEXTO/CONSELHO NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL Processo nº: 48500.003020/2024-11. Assunto: Proposta de Orçamento Anual da Conta de Desenvolvimento Energético − CDE de 2025, a ser submetida à consulta pública. Esta Nota Técnica tem por objetivo encaminhar à apreciação da Diretoria Colegiada da ANEEL a proposta para o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE de 2025 a ser submetida a consulta pública e que contempla a fixação das quotas anuais a serem pagas pelas concessionárias e permissionárias distribuição e transmissão de energia elétrica. II - DOS FATOS 2. Instituída pela Lei nº 10.438/2002, a CDE é um fundo setorial que tem por objetivo prover recursos para o custeio de diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro e possui como principal fonte de receita, aquatas anuais pagas pelos agentes que atendem consumidores finais, cativos e livres, mediante repasas de encargo nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia elétrica (TUSD e TUST). 3. A partir de 2013, em face da publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, o regime de formação e utilização dos recursos da CDE foi alterado consideravelmente. Em síntese, foram ampliados os objetivos, passando a assumir despesas antes cobertas pela Reserva Geral de Reversão – RGR1 e a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC2, além de outras, e havia a possibilidade de transferência de recursos do Tesouro Nacional, mediante previsão no Orçamento Geral da União - OGU. A. A partir de 2017, com a publicação das Leis nº 13.299/2016 e nº 13.360/2016, várias mudanças foram introduzidas na CDE, como a alteração do gestor financeiro, revogações de objetivos e criação de novos subsidios, além da definição de um novo critério de rateio do encargo tarifário, com o estabelecimento de um período de transição até 2030 para eliminar as diferenças de custos entre as regiões e introduzir a diferenciação entre os níveis de tensão do atendimento do consumidor. Com isso, a CDE pode prover recursos para: (i) A universalização do serviço de energia elétrica em todo território nacional (Programa Lu para Todos – PLpT); (ii) A instalação do ramal de conexão, do kit de instalação interna e do padrão de entrada sem c medidor para domicilios rurais com ligações monofásicas ou bifásicas, destinadas a familias de baixa renda não atendidas pelo PLpT; (iii) A modicidade da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE aplicada aos consumidores da subclasse residencial baixa renda; (iv) Compensar benefícios tarifários concedidos aos usuários dos serviços de distribuição e (IV) Otthpensar belientos tamantos conscious do distante dos constitues en transmissão de energia elétrica (gerador e consumidor de fonte incentivada; rural; irrigação e aquicultura em horário especial; cooperativa de eletrificação rural; serviço público de irrigação; serviço público de água, esgoto e saneamento; irrigante e aquicultor em horário especial; e agentes de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano); (v) A subvenção para cooperativas de eletrificação rural devido à reduzida densidade de carga (v) A subvenção para cooperativas de eletrincação rurai devidu a reduzida desinação a principal distribuidora supridora; (vi) Reembolisar parcela do custo da geração de energia elétrica em sistemas isolados, acima do custo médio da energia no Ambiente de Contratação Regulada do Sistema Interligado Nacional – SIN (ACR médio), de que trata a CCC; (vii) Promover a competitividade da energia produzida a partir de carvão mineral nacional e a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e outras partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e outra fontes renováveis; (viii) Programas de Desenvolvimento e Qualificação de Mão de Obra Técnica, no segmento de instalação de equipamentos de energia fotovoltaica; e (IX) Gestão e movimentação da CDE, da CCC e da RGR pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, incluidos os custos administrativos, os custos financeiros e os tributos. 6. Por meio da Medida Provisória nº 998/2020, posteriormente convertida na Let nº 14.120/2021, foram incluidos e/ou alterados diversos dispositivos relacionados ás contas setoriais, com especial reflexo no orçamento e quotas da CDE dos quais se destacam os pontos a seguir com repercussões a partir do orçament : a. A destinação à CDE de recursos não utilizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética (Lei nº 9.991/2000); b. Alteração das diretrizes de cálculo do ACRmédio, utilizado para fins de apuração dos ree da CCC e repasse tarifário dos custos de compra de energia das concessionárias beneficiárias c. Reclassificação das áreas de concessão, para fins de recolhimento das quotas anuais da CDE, observando o critério geográfico, de modo que as concessionárias do Acre e Rondônia, embora estarem interconectadas ao SIN no submercado Sudeste/Centro-Oeste, passem a contribuir de forma similar as demais concessionárias do **Norte e Nordeste**: d. Destinação de recursos da **RGR para o pagamento de ativos não depreciados** classificados d. Destinação de recursos da **RGR para o pagamento de ativos não depreciados** classificados odo sobras fisicas e ativos imobilizados em ourso (AIC) das distribuidoras privatizadas nos termos da Lei no 12.783/2013. alterações, em 2021 e 2022 foram aprovados outros dispositivos legais que ampliaram destinações e fontes de recursos para a CDE, a saber Verificar perdas não técnicas que são excessivas na região dos sistemas isolados. Na AME -Amazonas Energia elas atingem, para 2025, absurdos e inacelitáveis 116% da energia vendida em BT (NT-187/24STR-SFF-SCE/Ancel anexo CP 21/24). Também merecem especial atenção os valores, obtidos na planilha SPARTA de reajuste 2024 da AME, de 6.538.116 MW na rubrica Sobrecontratação que representa 131% sobre o total da Energia Vendida no montante de 4.993.862 MWh. Os valores são inaceitáveis, merecendo um acompanhamento com fiscalização e ações de redução dessa sobra exagerada. a. Lei nº 14. 146/2021: ampliou o repasse de recursos da CCC para concessionárias que atendem sistemas isolados para fins de modicidade tarifaria dessas localidades e/ou permitir melhor equilibiro financeiro para concessões privatizadas nos termos da Lei nº 12.78/32/013. Em específico se ampliou o repasse de custos decorrentes de sobrecontratação involuntária para as concessionárias do harmanos o Asende focasio finalizadas concessionárias do mandros concessionárias do expressor de 12.78 de concessionárias do expressor de concessionárias do expressor de concessionárias de concessionárias do expressor de concessionárias de concessionárias do expressor de concessionárias de concessionárias do expressor de concessionários de conce Amazonas e Amapá, foram flexibilizados os parâmetros de perdas regulatórias para a concessionária do Amapá, e foi afastada a dedução do ACRmédio na definição do reembolso mensal para as concessionárias do Amapá e Pará.

b. Lei nº 14.182/2021: consignou o repasse de recursos para a CDE decorrente da privatização da Eletrobras com objetivo de compensar as distribuidoras com contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR que sejam afeladas pela descotização dos contratos do grupo Eletrobras. A Resolução CNPE nº 15/2021 definiu os valores a serem destinados a CDE no período de 2022 a 2047

Descotização reduz a CDE em 3,5% por[em aumenta o custo da energia para o consumidor ativo em 490% de R\$ 51/MWh para R\$ 250/MWh.

c. Lei nº 14.203/2021: alterou a orientação para inscrição de beneficiários da Tarifa Social de

Energia Elétrica – TSEE, passando a prever a inscrição automática de unidades consumidoras d. Lei nº 14.299/2022: instituiu subvenção econômica a ser paga com recursos da CDE às concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica de pequeno porte



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados nencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos

TEXTO/ANEE

TEXTO/CONSELHO

ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO

e. Lei nº 14.300/2022: criou o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS), entre outras providencias, com repercussões de novas despesas a serem cobertas pela CDE a partir do ano

- 8. A partir de 1º de maio de 2017, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE assumiu a gestão
- dos fundos setoriais, em substituição à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras.

 9. O Decreto nº 9.022/2017 regulamentou a CDE com base nas alterações promovidas pelas Leis nº 12.783/2013, 12.893/2013, 13.299/2016 a 13.360/2016.

 10. Conforme previsto no Decreto, o orçamento anual da CDE deve ser consolidado pela CCEE e submetido ao
- processo de consulta pública, e então aprovado pela ANEEL ção pela ANEEL do orcamento anua
- 11. O Submódulo 5.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) estabelece os procedimentos e metodologias de cálculo aplicáveis à gestão da CDE pela CCEE e à aprovação pela ANEEL do orçamento a e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica.
- e ues quouse anuais a serem pagas peros agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica.

 12. A Resolução Normativa nº 953, de 30/11/20/21, regulou a Lei nº 14.203, de 20/21, tornando obrigatória a inscrição automática dos beneficiários da Tanfa Social de Energia Elétrica—TSEE a partir de 20/22, sendo posteriormente consolidada na Resolução Normativa no 1.000/20/21.

 13. O orçamento proposto da CDE para 20/4, de R\$ 37.186 bilhões, foi submetido à Consulta Pública nº 41/20/23, momento na qual foram aprovadas pela Resolução Homologatória (REH) no 3.305, de 14/11/20/23, as quotas mensais provisórias da CDE Uso, de R\$ 30,873 bilhões, e da CDE GD, de R\$ 1,857 bilhões, para o ano de 20/24 a vigorar até a aprovação das quotas definitivas. As quotas de CDE GD foram definidas para arrecadação concatenada aos processos tarifários de 20/24.
- 14. Em 09/04/2024 foi publicada a Medida Provisória nº 1.212, com repercussão sobre a utilização dos recursos da CDE associados aos aportes anuais devidos pela Eletrobras até então destinados a mitigação dos impactos da descotização dos contratos de energia CCGF vinculados às suas concessões de geração.
- 15. Em 12/06/2024 foi editada a Medida Provisória nº 1.232 que em sua regulamentação e desdobramentos resultam em impactos sobre o fluxo financeiro da CCC, seja pela conversão de contratos de compra e venda de energia vinculados à Amazonas Energia em Contratos de Tengia de Reserva CER, ou ainda pela inclusão de custos associados à flexibilização de parâmetros regulatórios de eficiência aplicáveis à distribuídora, entre outros
- 16. Em 16/10/2024, pela Carta nº CT-CCEE23582/20243, a CCEE encaminhou a proposta consolidada de orçamento da CDE de 2025, considerando informações fornecidas pela ANEEL, o Ministério de Minas e Energia MME, o Operador Nacional do Sistema ONS, a Eletrobras e a Empresa de Pesquisa Energética EPE.
- 17. Em 06/11/2024, o Ministério de Minas Energia MME abriu Consulta Pública para definir o orçamento do Programa Luz para Todos em 2025, indicando a necessidade de R\$ 3,95 bilhões de recursos a serem providos
- pela CDE.

 18. Por meio da Nota Técnica nº 178/2024-STR-SGM/ANEEL, de 27/11/2024, face a caracterização de adequação da disponibilidade de recursos para este exercício, foi recomendada à Diretoria da ANEEL a aprovação do orçamento anual da CDE 2024, e respectivas quotas anuais, conforme valores submetidos à CP

III - DA ANÁLISE

- 19. O Orçamento Anual da CDE consiste em instrumento de planejamento e publicização das receitas e despesas previstas para o exercício, sendo base para a definição das quotas anuais da CDE que corresponde a parcela de receita a ser oblida diretamente contra os agentes de distribuição e transmissão que atendem consumidores finais em suas redes.
- 20. Conforme regulamentado pelo Decreto nº 9.022/2017, o orçamento da CDE é consolidado anualmente pela CCEE e submetido à aprovação da ANEEL. No atendimento deste rito, a CCEE apresenta a proposta orçamentaria até 15 de outubro de cada ano, e após análise preliminar pela ANEEL, instaura- se Consulta Pública visando a contribuição dos agentes setoriais e da sociedade para o seu aperfeiçoamento.
- 21. O rito para definição do orçamento anual, critérios para elaboração de previsão de receitas e despesa, bem como o procedimento para definição das quotas anuals da CDE e quanto a divulgação de informações é detalhado de forma complementar no submódulo 5.2 do PRORET.

 22. Neste contexto, a CCEE apresentou, por meio da Carta nº CT-CCEE23582/2024, o estudo "Premissas Orçamentarias Contas Setoriais 2025" contendo a proposta orçamentaria da CDE para o exercício de 2025, o que envolve o detalhamento de suas diversas nubricas, inclusive as relacionadas a availação orçamentária da Conta de Consumo de Combustíveis CCC e da Reserva Global de Reversão RGR, e que se relacionam de forma direta com a CDE.
- Conta de Consumo de Controlistiveis CCC e da reserva Gioda de Reversada Rom, e que se relacionam de forma direta com a CDE.

 23. Em sua análise, a CCEE indica uma necessidade de R\$ 36,652 bilhões para o exercício de 2025. Entre os destaques de seu estudo informou a ausência de valores relacionados ao orçamento do Programa Luz para Todos PLpT e a premissa de manutenção das quotas anuais da CDE 2024 aprovadas provisoriamente por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.305/2023, esta última com reflexo na análise de melhor estimativa com a code os circulados com controlistos de 2024. estimativa para o saldo ao final do exercício de 2024.
- 24. Os documentos apresentados pela CCEE, e que consolidam a proposta orçamentária, constituem-se, portanto, como principais elementos a serem disponibilizados para o escrutínio e contribuições dos interessados, e sua íntegra, acompanhada das planilhas de cálculo, serão disponibilizados em consulta pública.
- 25. Entretanto, face ao cronograma processual esperado para homologação do orçamento, que supera a data do dia 10 de janeiro de 2025 pois envolve a instauração de Consulta Pública pelo período mínimo de 30 dias, e a necessidade de avaliação das contribuições e incorporação de atualizações nas projeções das rubricas orçamentarias, faz-se necessário a homologação de quotas provisórias para 2025.
- 26. Neste sentido, e antes de apresentar o procedimento de rateio das quotas, cumpre voltar aos dois aspectos con destaque na consolidação do orçamento pela CCEE: orçamento do PLpT e a melhor esti final o exercício de 2024, e que são objeto de alteração para a abertura da Consulta Pública.

III.1 - Programa Luz para Todos - Orçamento 2025

- III.1 PrOgrama Luz para Todos Urçamento 2U.2

 72. Como citado anteriormente, a proposta orçamentária apresentada pela CCEE não incluiu valores associados a novas contratações do Programa Luz para Todos para 2025. Tal situação estava relacionada a ausência de divulgação/aprovação do orçamento do Programa pelo Ministério de Minas e Energia até a data de entrega do estudo para a ANEEL, o que coorreu em 16/10/2024.

 28. Embora conste prazo previsto no Decreto nº 9 02/2/2017 para publicação do Orçamento Anual do PLpT, até 15 de setembro de cada ano, apenas em 06/11/2024 o Ministério de Minas Energia MME abriu Consulta
- Pública para definir o orçamento do Programa Luz para Todos em 2025, indicando então uma necessidade de RS 3,95 bilhões de recursos a serem providos pela CDE. A proposta orçamentaria do PLpT foi detalhada por meio da Nota Técnica no 33/2024/DUPS/SNEE.
- meio da Nota i ecinica no 33/20/24/DUPS/SINVEZ. 29. Desta forma, ainda que pendente a consolidação da proposta orçamentaria do PLpT após encerramento da Consulta Pública do MME, entende-se que o valor submetido ao debate corresponde a melhor informação disponível para constar da proposta de orçamento da CDE/2025.
- 30. Destaca-se que a inclusão de R\$ 3,95 bilhões no orçamento corresponde a uma ampliação de 58% nesta rubrica, representando cerca de 10% das despesas previstas da CDE. Não obstante, é tema que merece atenção e transparência na execução de seus contratos, com especial reflexão sobre a capacidade de execução dos agentes e a real necessidade de captação dos recursos pela CDE no exercício de 2025, uma vez que valores significativos da execução tem sido objeto de deslocamento para exercícios posteriores.
- 31. Por fim, eventuais alterações da proposta orçamentária do PLpT, conforme valores a serem aprovados pelo MME, serão incluídos para fins de aprovação do orçamento da CDE/2025 a ser consolidado após consulta

III.2 - Saldo da Conta ao final do exercício de 2024

32. Em seu relatório a CCEE indica um saldo previsto ao final de 2024 negativo de R\$ 496,5 milhões que decorre de differenças entre os valores orçados e a evolução da efetiva execução financeira em 2024, representando a melhor estimativa realizada ao final da competência de setembro/2024. Em acompanhamento anterior, no mês de agosto/2024, a melhor estimativa indicava o saldo previsto com déficit de R\$ 730,6 milhões



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos

TEXTO/ANEEL

TEXTO/CONSELHO

ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO

33. Esta melhor estimativa foi revisitada com dados da competência de outubro/2024, reduzindo o déficit para	Г
R\$ 371,7 milhões, um desvio da ordem de 1% do orçamento anual proposto para 2024. Ocorre que as	l
estimativas apresentadas pela CCEE adotam uma premissa conservadora, o que visa assegurar disponibilidade	l
imediata de recursos para todas as obrigações pendentes, não apenas direitos constituídos e retidos por	l
restrições documentais, mas também outros que são expectativas de repasse e que demandam efetiva	l
confirmação ou execução, por exemplo, os repasses associados aos contratos do Programa Luz para Todos.	l
Não há dúvida que outros elementos interferem na execução financeira e podem implicar em relevante variação,	l
como a homologação de processos tarifários com fixação de repasses para compensação de descontos	l
tarifários e os reembolsos da CCC, que estão sujeitos a volatilidade de preço de combustíveis e da demanda de	l
energia. Na CCC ainda temos reflexos de alterações legislativas, MP 1232/2024, com repercussões associadas	l
ao exercício de 2024 que serão efetivadas em 2025, após confirmação da transferência do controle societário	l
da Amazonas Energia.	ı

da Amazonas Energia.

34. No que se refere à execução financeira é preciso citar que durante o ano de 2024, a CDE manteve saldos elevados em caixa, resultando em uma posição ao final de outubro de R\$ 2,2 bilhões. Embora observados repasses acima do orçamento para as rubricas de descontos tarifários, de outro lado a execução do Programa Luz para Todos tem se mostrado multo labal xod o orçamento anual. Para 2024 o orçamento para o PLpT era de R\$ 2,5 bi, mas sua execução até outubro foi inferior a R\$ 800 milhões, indicando potencial reflexo em restos a

R\$ 2.5 bi, mas sua execução até outubro foi inferior a R\$ 800 milnoes, indicativu potentida cultura pagar para 2025.

35. Neste contexto, observado o comportamento de redução nas projeções de déficit apresentadas pela CCEE nos meses de agosto a outubro/24, o fato dos valores serem de baixo impacto orçamentário e de que não se identifica eminente necessidade destes recursos no início do exercício de 2025, recomenda-se manter nulo o saldo previsto ao final do exercício de 2024 para fins de abertura da Consulta Pública. Desta forma, quando da aprovação em definitivo do orçamento, deverão ser incluídos os valores efetivos de disponibilidade em caixa ao final do exercício e eventuais guistes em restos a pagar.

36. Para melhor compreensão e acompanhamento da execução financeira, reforçamos que a CCEE disponibiliza relatórios mensais das contas setoriais em seu vebsite, onde se pode verificar todas as receitas e despesas realizadas, com identificação de sua natureza e origem/destinação.

37. Como destacado acima, a proposta orçamentária encaminhada pela CCEE foi recepcionada em sua maior parte, restando alterada quanto a inclusão do orçamento previsto para o PLpT, e exclusão da estimativa deficit ao final do exercício. Na Tabela 1 é apresentada a evolução do orçamento anual da CDE de 2013 a 2024, bem como os valores propostos para 2025, a serem submetidos ao processo de consulta pública. Na sequência são apresentados breves destaques quanto as variações observadas e que sua compreensão mais detalhada

que só foi possível mediante o aporte de recursos da União na Conta e a utilização de parcela dos Saldos da CCC e da CDE existentes em 31/12/2012, dado que os seus objetivos foram ampliados, incorporando os gastos da CCC e outros subsídios;
(ii) Os gastos e as receitas da RGR não foram tratados no orçamento da CDE de 2013, pois entendia-se que o saldo existente em conta mais as quotas pagas pelos agentes seriam integralmente

destinados ao pagamento das indenizações:

sao apresentados preves destaques quanto as variações observadas e que sua compreensão mais detainada pode ser obtida dos documentos consolidados pela CCEE.		
Tabela 1 - Evolução do Orçamento Anual da CDE		
ORÇAMENTO CDE (em 85 milhões)		
Control Cont	Deleveral Westpole	Aumento exponencial de 27% nos descontos da distribuição e31% nos descontos da transmissão pressionados pela expansão do mercado livre e deixando uma conta cada dia maior para o consumidor cativo. Providencias urgentes são necessárias para reverter esta insustentável situação. Também deve ser avaliado com profundidade o aumento de 58% do orçamento para o programa de Universalização.
MCGPAA MILE MILE	Other res. Variety Var	Aumento significativo das Quotas CDE-Uso em 18%, muito acima da inflação anual de 5% medida pelo IPCA.
38. O orçamento da CDE de 2025 resulta em um total de gastos de R\$ 40,6 bilhões, sendo a principal fonte de receita sa quotas anuais da CDE-Uso, pagas pelos consumidores de energia elétrica mediante encargo incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão, no valor de R\$ 36,5 bilhões. Em relação aos valores de 2024, estima-se um aumento de 9,2% nas despesas totais do orçamento anual e de 18,2% nas quotas CDE-Uso.	Comentário.	Aumento significativo das Quotas CDE-Uso em 18%, muito acima da inflação anual de 5% medida pelo IPCA.
39. A ampliação das despesas totais, em relação as despesas de 2024, se relaciona, principalmente, com as variações destacadas a seguir:		
i) A despesa com maior repercussão no orçamento da CDE decorre do Programa Luz para Todos, com aumento de 57,8% em relação ao orçamento previsto para 2024, agregando R\$ 1,45 bi de despesas adicionais. O valor para 2025 considera aquele da Nota Técnica nº 33/2024/DUPS/SNEE do MME, submetido à CP nº 178, de 06/11/2024, desse Ministério;	Comentário.	As distribuídoras dos Estados que já foram universalizadas - BA; CE: GC; MA; MT; PB; RJ e TO no meio rural e urbano não devem ter recursos oriundos da CDE mas inteiramente custeadas pela tarifa da concessionaria local. Estes recursos representam R\$ 1,36 bilhões e 34,4% do valor orçado pelo MME de R\$ 3,95 bilhões, para atender a apenas 23.000 unidades consumidoras, contudo representam apenas 0,1% (zero virgula um porcento) das UC's existentes nos Estados já universalizados, que já atendem a 22,28 milhões de consumidores. Justifica-se claramente o não uso da conta CDE para esses Estados.
ii) O aumento de cerca de 27,4% nos descontos tarifários aplicados na distribuição, principalmente em função do subsídio relacionado às fontes incentivadas, em relação ao orçamento para 2024 submetido à CP nº 41/2023. O aumento em relação a 2024 é de R\$ 2,8 bi. Observa-se no estudo apresentado pela CCEE, que a melhor estimativa para o valor executado até final de 2024 representa um aumento de 11,8% em relação ao valor submetido à CP nº 41/2023, demonstrando, assim, uma tendência de crescimento dessa despesa. Quando comparado a previsão de 2025 com o valor executado para 2024, tem-se um crescimento de 14,03%.	Comentário.	Aumento exponencial de 27% nos descontos da distribuição pressionados pela expansão do mercado livre e deixando uma conta cada dia maior para o consumidor cativo. Providencias urgentes são necessárias para reverter esta insustentável situação.
iii) O desconto tarifário aplicado na transmissão também apresentou elevação, de 31%, ou R\$ 764 milhões em relação ao orçamento de 2024. Aqui também se observa um desvio relevante, de 17%, no próprio ano de 2024 em relação ao orçamento submetido à CP no 41/2023, e que se relaciona a ampliação de geradores beneficiários dos descontos de fontes incentivadas.	Comentário.	Aumento exponencial de 31% nos descontos da transmissão pressionados pela expansão do mercado livre e deixando uma conta cada dia maior para o consumidor cativo. Providencias urgentes são necessárias para reverter esta insustentável situação.
 iv) A tarifa social apresenta elevação de 8,1% em relação ao orçamento de 2024, reflexo das variações tarifárias e do crescimento das famílias beneficiadas. 		
v) O subsidio GD da Lei nº 14.300/2022, por sua vez, apresentou redução de cerca de 40% e isso decorre de alteração no método para estimativa das despesas, que passam a observar os valores homologados nos processos tarifários anuais. Anteriormente, nos dois primeiros anos de inclusão no orçamento anual da CDE, face a ausência de dados de mercado específicos, e da necessidade de período de adequação das informações pelas distribuídoras, as estimativas de despesas foram realizadas a partir de estudo prospectivo apresentado no âmbito da CP 50/2022 (Processo nº 48500.04390/2022-204).	Comentário.	Além do custo direto para CDE os subsídios para MMGD tem parte significativa diretamente alocados a tarifa de cada distribuidora, afetando diretamente ao consumidor cativo que não tem teto solar.
vi) A compensação aos consumidores cativos associada a descotização dos contratos de garantia física (CCGFs), introduzida pela Lei nº 14.182, que trata da desestatização da Eletrobras, tem valor zerado neste processo por causa do processo de securilização em que os recebiveis da Eletrobras dos anos de 2025, 2026 e 2027, o que permitiu a quitação antecipada dos saldos devedores dessas contas nos termos da Medida Provisória 1.212/2024. Na ausência desta medida, os recursos associados à CDE-Eletrobras para 2025 seriam da ordem de R\$ 2.03 bilhões.	Comentário.	Os recursos foram antecipados para a quitação do empréstimo da Conta Covid-19 e Escassez Hídrica, e conforme apontado na CP-29/24 ocorreu um prejuízo para o consumidor na operação em diversas áreas de concessão.
40. Com relação à evolução do orçamento da CDE, fazemos as seguintes considerações: (i) A quota anual da CDE de 2013 representou uma redução de cerca de 75% em relação à 2012, o	1	



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos

TEXTO/ANEE

TEXTO/CONSELHO

ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO

(iii) Em função das condições hidrológicas críticas em 2013, Decretos do Poder Executivo, com vistas à modicidade tarifária, permitiram o repasse de recursos da CDE para a cobertura dos custos extraordinários das distribulidoras com a compra de energia no mercado de curto prazo e o pagamento de despacho termelétrico para garantir a segurança do sistema. Esses gastos não tinham sido contemplados no orçamento e mesmo utilizando todo o saldo existente nos fundos sebroirais RGR, CCC e CDE, no total de R\$ 19,688 bilhões, os recursos não foram suficientes, o que resultou em restos a

pagar de R\$ 1,6 bilhões que foram considerados no orçamento de 2014; (iv) O aumento de 66% da quota da CDE de 2014 resultou principalmente do esgotamento do saldos dos fundos setoriais, da inclusão das receitas e despesas da RGR no orçamento da CDE e dos restos a pagar do ano de 2013. Em 2014 destaca-se também o aumento da previsão de receitas da Conta, principalmente o acréscimo da transferência de recursos do Tesouro e da previsão de

recebimento de dividas de agentes com os fundos setoriais.

(Pi Em 2014, as despesas da CDF realizaram-se particamente no mesmo patamar dos valores oyados, entretanto, a realização das receitas foi menor em função da frustação de recursos do

orgatous, etinetarino, a realizargato das recentas foi menor en runção da rusargão de recursos ou resouro, da ordem de R\$ 2,5 bilhões; (w) Em 2015, além dos restos a pagar de 2014, os principais fatores que provocaram o expressiva aumento da quota CDE - USO, fixada em R\$ 18,920 bilhões, foram a ausência de transferência de recursos da União, a previsão de gastos extraordinários da CCC, além do aumento do valor das indenizações e dos subsídios tarifários. Do lado da receita, destaca- se o início da devolução do: recursos repassados às distribuidoras em 2013 para fazer frente aos custos extraordinários de energia

indenizações e os substitois tarilarios. Lo tado da reteati, destaca-se o inicio da devolução dos recursos repassados às distribuldoras em 2013 para fazer frente aos custos extraordinários de energia, no montante de 14 ao ano, ou seja, vigorando até 2018 (quotas CDE – ENERGIA);

(vii) Em 2016, a redução da quota CDE – USO em 37% deve-se principalmente à redução do orçamento do Carvão Mineral e da CCC, pela consideração parcial de obrigações pendentes e cortes de eficiência nos preços e quantidades dos combustíveis, bem como pela redução do valor das indenizações e pela ausência de restos a pagar do ano anterior;

(viii) Em 2017, destaca-se novamente a redução da previsão de gastos com a CCC e o Carvão Mineral Nacional, em função de cortes de eficiência nos preços e quantidades dos combustíveis, além da devolução ao fundo de valores de indenizações de concessões pagos a maior pela gestora da conta, Eletrobras. Todavia, a redução das quotas anuais foi menor que a redução dos gastos totais porque em 2017 parcela dos recursos da RGR foi preservada para a liberação de empréstimos às empresas edesignadas pela União para a prestação temporária do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos da Resolução Normativa no 748/2016;
(IX) Em 2018, quanto às despesas, destaca-se o déficit de caixa de 2017, o aumento da CCC e do subsidio tarifário concedido aos consumidores de fontes de energia incentivadas (Descontos Tarifários ao Istribuição), alem da redução da subrevação ao Carvão Mineral Nacional. Do lado das receitas, verifica-se um aumento na disponibilidade de recursos provenientes da repactuação de dividas dos agentes com o fundo setorial (Outras disponibilidades) e, por outro lado, uma redução da se dreciadas, o que

de recursos da RGR, em função do atraso na privatização das distribuidoras designadas, o que requereu a prorrogação da concessão de empréstimos. Relembramos que o aumento dos subsídi tarifários e a redução da disponibilidade de recursos da RGR foram os principais motivadores da

revisão do orçamento da CDE de 2018, aprovada em setembro deste ano; (x) Em 2019, o fundo iniciou o ano equilibrado, com saldo em conta em função da realização de subsídios tarifários e PLpT menor que o estimado. Novamente se observa uma redução dos gastos con Carvão Mineral Nacional, em função do desconto do estoque histórico e do volume reembolsado e não utilizado em 2018, além da formação do estoque estratégico em 2018. Além disso, estima-se uma redução do subsídio à carga de fonte incentivada, pelo retorno da energia especial liberada em 2018 para o mercado regulado em 2019, amenizando o impacto do aumento dos demais descontos tarifários na distribuição. Por outro lado, observa-se aumento dos gastos com: CCC, em função do cenário mais provável de geração de energia nos sistemas isolados de Roraima e Amazonas; PLpT estimado pelo MME; subsídios tarifários na transmissão, devido à necessidade de cobrir os descontos tarifários de MME; subsídios tarifários na transmissão, devido à necessidade de cobrir os descontos tarifários de setembro a dezembro de 2018, além dos descontos do próprio ano; e a subvenção às cooperativas de eletrificação rural que foram regularizadas como permissionárias em 2018. Quanto às demais receltas, ressalta-se o aumento da disponibilidade de recursos da RGR, em função do encerramento da designação das distribuídoras da Eletrobras em 31/12/2018, e o encerramento da arrecadação das quotas CDE - ENERGIA (Decreto no 7.985/2013), a partir de março 2019. Ressalta-se que a redução dessas quotas, pagas exclusivamente pelos consumidores cativos, foi compensada pelo aumento

quotas CDE - ENERGIA (Decreto no 7.985/2013), a partir de março 2019. Ressalta-se que a redução dessas quotas, pagas exclusivamente pelos consumidores cativos, foi compensada pelo aumento correspondente das quotas CDE-USO.

(xi) Em 2020, os destaques quanto às despesas foram o déficit de caixa de 2019, além da redução da subvenção ao Carvão Mineral Nacional, dos descontos tarifários da distribuíção, em função do Decreto no 9.642/2018, dos descontos tarifários a transmissão (no orçamento de 2019, houve a necessidade de previsão dos descontos tarifários concedidos de setembro a dezembro de 2018). Por outro lado, observou-se aumento dos gastos com: CCC, em função da interrupção do suprimento de energia proveniente da Venezuela; PLpT estimado pelo MME. Outro item de custo com aumento foi o relativo à subvenção para as cooperativas com baixa densidade de carga que foram regularizadas como permissionárias em 2019. Quanto às receitas foram destaque o encerramento da arrecadação das quotas CDE - ENERGIA (Decreto no 7.985/2013), a redução da transferência de recursos da RGR, tendo em vista o aumento de despesas (Medida Provisória no 855/2018) e de outras disponibilidazação dos parecididos à CELESC e CEEE-D. Estes movimentos levaram ao aumento das quotas anuais da CDE em 24%;

(xii) Em 2021, do lado das despesas se destacaram o aumento de custos com a Tarifa Social de Energia Elétrica e a CCC, que incorporou a rescisão contratual da UTE Termonorte II e alteração da regra de definição do ACRmédio. Por parte das receitas contribuíram as pubricas afetas à Lei no 14.120, P&D e RGR, a primeira com inclusão de aporte novo de R\$ 2,2 bilhões, e a última com uma redução de disponibilidade de 70% em razão da indenização de ativos das concessionárias integrantes no processo de privatização das distribuídoras do grupo Eletrobrás. Na definição do ACRmédio. Por parte definição do vorgamento anual estes movimentos contribuíram com a redução de -2,6% nas quotas CDE – USO, apesar do aumento de 9% das despesas toa incremento de despesas;

oas oespesas totais previstas para 2u21, uma vez que a nova tonte de receita para à UDE (recursos P&D) se mostrava superior ao incremento de despesas; (xiii) Para 2022, o aumento significativo do orçamento da CDE de 34,2% foi relacionado principalmente ao aumento de preços dos combustíveis, que pressionou o fluxo financeiro de 2021 e repercutiu em necessidade de suprir restos a pagar superiores à R\$ 1 bilhão, além de indicar um acréscimo de R\$ 3,5 bilhões no orçamento da CCC. Ainda do lado de despesas, observou-se aumento de R\$ R\$ 1,7 (16,5%) para a previsão de compensação de descontos da Tarifa Social em razão de reflexos da Lei no 14,203/2021 (cadastro automático), além do aumento da previsão relacionado aos descontos tartírios. P\$ 1.07 bilhão, em sencial ce destinados as acrescipa e consumo de fonte. descontos tarifários, R\$ 1,97 bilhão, em especial os destinados as geração e consumo de fonte descontos taritarios, K\$ 1,97 bilhao, em especial os destinados as geração e consumo de tonte incentivada, estes amplificados pelo prazo de habilitação ao desconto previsto na Lei no 14 120/2021. Do lado das receitas o destaque esteve na redução da disponibilidade de recursos de P&D, e Eficiência Energética, - R\$ 1,8 bilhão, uma vez que em 2021 foram aproveltados valores expressivos relacionados ao passivo não utilizado pelaco soncessionárias, restando para 2022 apenas os valores correntes. Em razão desta queda na disponibilidade de outras fontes de receita, observou-se um aumento nas quotas da CDE-Uso superior a variação do orçamento anual, chegando a 54,3% a variação média das quotas

anuais.

(xiv) Em 2023 o total de despesas previstas no orçamento foi de R\$ 34,986 bilhões (+ 9,0%), sendo a principal fonte de receita as quotas anuais da CDE-Uso, pagas pelos consumidores de energia elétrica, mediante encargo incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão, pagas pelos consumidores de energia elétrica, mediante encargo incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão, pagas poblemas de distribuição est pagas totals. valor de R\$ 28.870 bilhões (- 4.5% em relação a 2022). O aumento observado nas despesas totais valor de R\$ 28,870 bilhões (- 4,5% em relação a 2022). O aumento observado nas despesas totais decorreu principalmente da inclusão das rubricas de subsídio à geração distribuída (Lei n. 14,300) e da compensação aos consumidores cativos associada a descotização dos contratos de garantía física (CCGFs) introduzida pela Lei n. 14,182, que trata da desestatização da Eletrobras. Retirados os efeitos destas novas rubricas e dos restos a pagar de exercicios anteriores observou-se estabilidade nas despesas previstas no orçamento anual da CDE, justificando-se a queda nas quotas anuais da CDE-Uso pela indicação de saído ao final do exercício, aumento da previsão de arrecadação das quotas de UBP e de transferência de recursos de P&D / Eficiência Energética, os quais abatem a necessidade de arrecadação de recursos junto aos consumidores. Ainda que estável, foram identificadas variações significativas em algumas despesas, como aumento dos Descontos Tarifários de Fontes incentivadas, que integram as rubricas de descontos tarifários na Distribuíção e na Transmissão, além das variações significativas em algumas despesas, como aumento dos Descontos Tarifários de Fontes incentivadas, que integram as rubricas de descontos tarifários na Distribuíção e na Transmissão, além das variações significativas em algumas despesas, de descontos tarifários de Nacional.



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos

TEXTO/ANEEL	TEXTO/CONSELHO	ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO
(xv) O orçamento da CDE de 2024 resultou em um total de gastos de R\$ 37,168 bilhões (+6,2%), sendo a principal fionte de receita as quotas anuais da CDE-Uso, pagas pelos consumidores de energia elétrica mediante encargo incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão, no valor de R\$ 30,873 bilhões. Novamente, o aumento observado nas despessas totais se relacionou principalmente as variações das rubricas de subsídică o geração distribuida (lei n. 14.300) e da compensação aos consumidores cativos associada a descotização dos contratos de garantia física (CCGFs) introduzida pela Lei n. 14.182 que trata da desestatização da Elerborras. Quando excluídos os efeitos destas rubricas, foi observado um aumento de 1,6% nas demais destinações que se referem a CDE- Uso, com variações relevantes nos dispêndios previstos com os programas de universalização e destinações relacionadas a Tarifa Social, mas principalmente o incremento dos descontos tarifários na distribuição, capitaneados pelos beneficios destinados a aquisição de energia elétrica de fontes incentivadas.	Comentario.	Aumentos exponenciais da MMGD, focados na geração solar distribuída, impactarão os demais consumidores a cada ano. Importante que os grupos econômicos detentores de distribuídoras que tenham Sobrecontratação sejam impedidas de impactar estes mercados sob pena de que a Sobrecontratação seja considerada com VOLUNTÁRIA.

elettrica de Tontes Intentivadas.

11. Na tabela a seguir é apresentada a proposta orçamentária da CDE de 2025, obtidos a partir da proposta do orçamento da CDE 2025 consolidado pela CCEE e que inclui alterações restritas ao orçamento para o Programa Luz para Todos, ao valor do saldo ao final do exercício, e, consequentemente no valor a ser

Programa Luz para Todos, ao valor do saldo ao final do exercício, e, consequentemente no valor a ser arrecadado com as quotas da CDE-Uso. 42. Como destacado, na presente proposta orçamentaria a **variação esperada para as quotas anuais da CDE- Uso é de 18,2% em média**, superando o movimento observado nas despesas totais associadas à CDE-Uso, de 15,8%, uma vez que as demais fontes de receta, incluindo a previsão de saldo ao final do exercício indicam redução para 2025. Tabela 2. Occamento Anual da CDE 2025.

Aumento significativo das Quotas CDE-Uso em 18,2 %, muito acima da inflação anual de 5% medida pelo IPCA.

Tabela 2 - Orçamento Anual da CDE 2025

DESPESAS	2023	2024	2025*	Diferença 2025/2024	Variação 2025/2024
Restos a pagar / provisões	1.007	139	425	286	205,39
Universalização - PLpT e Kit Instalação	1.624	2.503	3.953	1.450	57,99
Tarifa Social - Baixa Renda	5.601	6.185	6.683	498	8,19
Carvão Mineral Nacional	1.126	1.217	1.210	-7	-0,59
CCC - Sistemas Isolados	12.000	10.742	10.350	-392	-3,79
Descontos Tarifários na Distribuição	9.285	10.236	13.046	2.810	27,49
Descontos Tarifários na Transmissão	2.436	2.469	3.233	764	31,09
Subvenção Cooperativas / Pequenas Concessionárias	576	688	695	7	1,09
CAFT CCEE	9	9	10	1	13,89
Reserva Técnica	0	0		0	
CDE-USO (subtotal)	33.664	34.187	39.604	5.417	15,89
Restos a pagar / provisões	0	0	0		
Subsídio GD - Lei 14.300	702	1.681	997	-684	-40,79
CDE-TE (subtotal)	702	1.681	997	-684	-40,79
CDE Eletrobras* Cessão Créditos MP 1212/2024	620	1.299	0	-1.299	-100,09
Total	34,986	37.168	40.601	3,433	9,29

Comentário.

Comentário.

Universalização deve ser mais lenta, aumento de 57,9% no orçamento é intolerável. Baixa Renda deve ser melhor fiscalizado já que foi constatado inúmeras concessões de subsídios para beneficiários de bolsa família que não tem direito. Fiscalizar a subvenção dos descontos tarifários da distribuição, subvenção às Cooperativas e se a GD não está sendo subdividida.

RECEITAS	2.023	2.024	2025*	Diferença 2025/2024	Variação 2025/2024
Saldo em Conta CDE-Uso	2.280	520	0	-520	-100,0%
P&D - MP 998	661	472	417	-55	-11,6%
UBP	1.576	1.934	1.982	47	2,5%
Multas	264	330	517	187	56,6%
Recursos da RGR	0	0	107	107	
Outras disponibilidades	13	58	81	23	39,6%
Quotas CDE - Uso	28.870	30.873	36.500	5.627	18,2%
Saldo em Conta CDE-TE	0	0	0		
Quotas CDE - GD	702	1.681	997	-684	-40,7%
Aporte Eletrobras - Lei 14.182	620	1.299	0	-1.299	-100,0%
Total	34,986	37.168	40,601	3.433	9,2%

de compra e venda de energia elétrica em Contratos de Energia de

Reserva – CER – Processo 48500.002095/2024-77

II. Transferência do controle socialetário com flexibilização de parâmetros regulatórios de eficiência – Processo 48500.000417/2019-86

Flexibilização temporária de parâmetros de eficiência (120 dias) – Processo

ili. riexionização temporaria de parametros de enciencia (120 dias) – Processo 48500.002098/2024-19
46. Conforme comandos do Despacho ANEEL nº 2.494, de 27 de agosto de 2024, a flexibilização temporária (tiem o) teve sua repercussão plena na execução financeira da CDE 2024, com repasses da ordem de R\$ 360 milhões, estes associados a custos operacionais flexibilizados e afastamento da aplicação do fator de corte de

perdas regulatórias.

47. Por outro lado, as repercussões relacionadas a conversão dos contratos e a transferência do controle societário, por se tratar de regulamentações com maior complexidade e **impactadas por decisões judiciais liminares**, não foram observadas de forma relevante em 2024, **deslocando-se para o exercício de 2025** inclusive com efeitos retroativos esperados.

Verificar perdas não técnicas que são excessivas na região dos sistemas isolados. Na AME - Amazonas Energia elas atingem, para 2025, absurdos e inaceltáveis 116% da energia vendida em BT (NT-167/24STR-SFF-SCE/Aneel anexo CP 21/24). Também merecem especial atenção va valores, obtidos na planilha SPARTA de realjuste 2024 da AME, de 6.538.115 MW na rubrica Sobrecontratação que representa 131% sobre o total da Energia Vendida no montante de 4.993.862 WM. Do svalores são inaceltáveis, merecendo um acompanhamento com fiscalização e ações de redução dessa sobra exagerada.

48. Quanto à conversão dos contratos, aprovada em caráter sub judice por meio do Despacho ANEEL nº 3.025, de 7 de outubro de 2024, os efeitos esperados são de redução dos custos financeiros de sobrecontratação da Amazonas Energia (orçamento CDE 2024 de R\$ 1,08 bi), deslocando o custo de aquisição de energia para o Encargo de Energia de Reserva, mas mantendo-se estáveis os repasses associados aos custos com combustíveis e respetivo transporte para a CCC. Os efeitos são retroativos a data de edição da MP 1.232/2024 e serão objeto de recontabilização a ser realizada pela CCEE com repercussões sobre o orçamento da CDE em 2025. Na proposta orçamentaria consolidada pela CCEE foi considerado o cenário de conversão dos contratos, buscando-se contemplar a repercussão dos custos conform-Despacho ANEEL nº 3.025/2024.

49. Mais importante, no que se refere a flexibilização de parâmetros regulatórios de eficiência relacionados a flexibilização de custos operacionais, perdas regulatórias, receitas irrecuperáveis e alteração do fator X Pd, estes constam do 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão firmado, sub judice, em outubro/2024, mas que em razão de cláusula de eficácia, sua repercussão financeira resta sobrestada até a apresentação dos documentos comprobatórios de formalização da operação de transferência do controle societário da Amazona Energia. Os eficitos financeiros estimados a serem suportados pela CCCICE são da ordem de R\$ 120 milhões/mês a partir da competência outubro de 2024 e não foram contemplados pela CCEE em sua proposta de orcamento. proposta de orçamento.



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO TEXTO/ANEEL TEXTO/CONSELHO

50. Neste contexto, optou-se por manter a proposta orçamentária apresentada para a CCC, restando as áreas técnicas e CCEE, elaborar análise detalhada dos impactos da MP 1.232/2024 a serem consideradas na proposta orçamentaria definitiva, o que deverá incluir a identificação de valores objeto de recontabilizações e reprocessamentos associados ao exercício de 2024, com reflexo no saldo ao final do exercício ou restos a pagar, bem como as estimativas de repasse para o exercício de 2025 identificando-se sua origem, seja da aplicação de parâmetros regulatórios flexibilizados, do afastamento da aplicação do fator de corte de perdas regulatórias, da redução de custos com sobrecontratação e demais movimentos associados a conversão dos

- | III.5 Elemento Formal CAFT CCEE
 | 51. Um destaque necessário, face a homologação específica esperada após a consulta pública, se refere a proposta de cobertura dos Custos Administrativos Financeiros e Tributários CAFTs incorridos pela CCEE na gestão das contas setoriais.
- 52. Dentre as principais mudanças instituídas no setor elétrico pela Lei nº 13.360/2016, destaca-se a transferência da gestão da CDE, CCC e RGR, da Eletrobras para a CCEE. Essa mudança institucional ocorreu a partir de 1º de maio de 2017, sendo os recursos para o pagamento dos Custos Administrativos Financeiros e Tributários CAFTs provenientes da CDE e não podendo exceder 0,2% do orçamento anual.
- 53. Os critérios de elaboração, aprovação e fiscalização do CAFTs incorridos pela CCEE na gestão de fundos setoriais é objeto da Resolução Normativa nº 751/2016, resultante da Audiência Pública nº 59/2015.
- 54. O detalhamento dos CAFTs com as devidas justificativas dos custos de cada rubrica, e planilhas com memórias de cálculo encontram-se no Relatório Premissas Orçamentárias Conta Setoriais, cujo resumo está demonstrado abaixo:

Tabela 2 - Orçamento Anual da CDE 2025

COMPONETES	APROVADO 2024	ESTIMADO 2025	Δ\$ 2025	Δ % 2025
Recursos Humanos	R\$ 5.354.611,93	R\$ 5.738.571,66	R\$ 383.959,73	7%
Custos Indiretos	R\$ 1.512.588,27	R\$ 1.613.477,91	R\$ 100.889,64	7%
Sustentação de Aplicações	R\$ 1.302.974,64	R\$ 1.237.844,63	-R\$ 65.130,01	-5%
Serviços Jurídicos	R\$ 826.320,00	R\$ 876.001,00	R\$ 49.681,00	6%
Auditoria de Dados	R\$ 204.102,49	R\$ 298.566,00	R\$ 94.463,51	46%
Despesas Gerais	R\$ 82.718,68	R\$ 82.718,68		-
Subtotal-1	R\$ 9.283.316,02	R\$ 9.847.179,88	R\$ 563.863,87	6%
Agente Administrativo Fiduciário		R\$ 621.278,58	R\$ 621.278,58	
Serviços do Banco Gestor		R\$ 30.667,00	R\$ 30.667,00	-
Subtotal-2	R\$ 9.283.316,02	R\$ 10.499.125,46	R\$ 1.215.809,45	13%
Créditos Tributários ²	-R\$ 487.385,48	-R\$ 487.385,48	-	
Total	R\$ 8.795.930,54	R\$ 10.011.739,98	6	

- 55. O resultado apresenta um total estimado de R\$ 10.499.125,46, o que corresponde a uma expectativa de aumento em torno de 13% se comparado aos custos aprovados para o exercício de 2024. Como detalhado nas premissas para o orçamento da CDE para 2025, a CCEE informou que em virtude do vencimento contrato atual de auditoria independente, abriu processo de concorrência para o período de 2025-2029 e que apenas a empresa PwC apresentou proposta e que houve três rodadas de negociação até para tornar o valor mais competitivo possível.

 56. Desse montante foram
- montante, foram deduzidos o valor correspondente aos créditos tributários incidentes sobre o
- 56. Desse montante, foram deduzidos o valor correspondente aos créditos tributarios incidentes sobre o desenvolvimento do Sistema de Gestão Conta Setoriais no valor de R\$ 487.385.48.

 57. Assim, o valor total estimado do processo foi apurado em R\$ 10.011.739,98, com a devida ressalva que ainda serão objeto de fiscalização no decorrer do processo de Monitoramento das Contas Setoriais. Cabe ressaltar, que a SFF monitora periodicamente a gestão da CCEE no âmbito das Contas Setoriais, bem como a conformidade da execução financeira dos CAFTs.

III.6 - Quotas CDE Uso / CDE GD

- 58. De acordo com os comandos legais relacionados a CDE, a partir de 2023 faz-se necessária a definição de duas quotas anuais, a CDE-Uso e a CDE-GD, que diferem na repercussão final aos consumidores.
- 59. A CDE-Uso deve ser paga por todos os agentes que atendem consumidores finais, cativos e livres, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica (T encargo tarifário a ser incluído nas tarifas de energia (TE), portanto, com repercussão restrita aos consumidores cativos.
- 60. Quanto ao critério de rateio das referidas quotas anuais da CDE entre os consumidores de energia elétrica, além da **isenção da subclasse residencial baixa renda**, em vigor desde 1º de janeiro de 2017, deve-se observar trajetória para a **retirada da differenciação regional e introdução da diferenciação entre os niveis** d**e tensão**, conforme definido pelos parágrafos 3º a 3º-G, a 1.1, 3, da Lei nº 10.438/2002.
- 61. A tabela abaixo mostra as duas trajetórias das tarifas de referência da CDE no período de 2017 a 2030: a que estabelece a relação entre as regiões S/SE/CO e N/NE; e a que define a relação entre os níveis de atendimento Alta Tensão - AT, Média Tensão - MT e Baixa Tensão - BT.

Tabela 4 - Trajetória das tarifas de referência da CDE

Ano	(S/SE/CO) / (N/NE)	AT / BT	MT / BT	ВТ
2016	4,53	1,00	1,00	1,00
2017	4,07	0,92	0,97	1,00
2018	3,65	0,85	0,94	1,00
2019	3,28	0,79	0,92	1,00
2020	2,94	0,73	0,89	1,00
2021	2,64	0,67	0,87	1,00
2022	2,37	0,62	0,84	1,00
2023	2,13	0,57	0,82	1,00

Os consumidores cativos são onerados com todos os impactos crescentes da CDE-GD e com as reduções proporcionais a cada ano do das incidências de CDE sobre os consumidores de AT (alta tensão) são os que migram em profusão para o mercado livre, deixando uma conta Comentário A diferenciação entre os níveis de tensão aumentará mais ainda os custos para os consumidores cativos, já que os consumidores de AT (alta tensão) são os que migram em omentário. profusão para o mercado livre, deixando uma conta adicional de Sobrecontratação aos consumidores cativos.

Ano	(S/SE/CO) / (N/NE)	AT / BT	MT / BT	ВТ
2024	1,91	0,53	0,80	1,00
2025	1,72	0,49	0,77	1,00
2026	1,54	0,45	0,75	1,00
2027	1,38	0,42	0,73	1,00
2028	1,24	0,39	0,71	1,00
2029	1,11	0,36	0,69	1,00
2030	1,00	0,33	0,67	1,00

62. Dado o exposto, para o rateio das quotas anuais da CDE, temos uma diferença metodológica associada ao mercado de rateio, na CDE-Uso contemplando cativos e livres e na CDE-GD apenas os cativos

63. Quanto aos custos totais a serem suportados por cada uma das quotas em 2025, temos a CDF-GD sendo responsável pelo subsídio da geração distribuída, no valor de **R\$ 997 milhões,** e a CDE-Uso, que corresponde à diferença entre o total das necessidades de recursos do fundo e a arrecadação proporcionada pelas demais a diretença entre o total das necessiadese de recursos do tundo e a arrectadação proportionada peias demia. Inotes de recetta, no valor de R\$ 36,5 bilhões. O mercado considerado para a definição das quotas CDE de 2025 refere-se ao período de setembro/2023 a aqosto/2024. 64. Ressalta-se que com a revogação do art. 5º do Dec. nº 7.891/2013 pelo Decreto 9 022/2017, todas as distribuídoras devem recolher as quotas CDE, mesmo aquelas que integram os sistemas isolados.

midores cativos que já pagam a Sobrecontratação serão mais onerados no pagamento Comentário

Consumidores cativos que já pagam a Sobrecontratação serão mais onerados no pagamento Comentário



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO TEXTO/ANEEL TEXTO/CONSELHO

65. Com estas premissas e considerando que os prazos de instrução deste processo demandam a aprovação de quotas provisórias da CDE para assegurar a disponibilidade de recursos financeiros para cumprimento das obrigações e políticas públicas da CDE no início do exercício de 2025, mas também para melhor compreensão dos impactos tarifários decorrentes da presente proposta orçamentária, realizou- se o rateio das quotas anuais talhado a seguir.

conforme detalhado a seguir.

Rateio CDE-Uso

66. As quotas CDE-Uso

66. As quotas CDE-Uso

67. Considerando a partir de 10 de janeiro de 2025. Os valores das quotas anuais por distribuidora constam do Anexo desta Nota Técnica.

67. Considerando a sistemática de recolhimento da CDE-Uso, com todas as concessionárias de distribuição efetuando o pagamento dos duodécimos de forma simultânea e dentro do ano civil, entre janeiro e dezembro, o valor anual a ser rateado corresponde necessariamente ao somatório das quotas mensais a serem aprovadas, sendo tais quotas utilizadas como cobertura nos processos tarifários.

Tabela 5 - Rateio das Quotas Anuals da CDE-USO em 2025

Agente	Região	Nível de	MERCADO TUSD (MWh)	Custo Unitário (R\$/MWh)	Quota Anual USO	CDE	Part. %
		Tensão	SET/23 A AGO/24	2025	2025		
		AT	11.723.931	30,02	R\$ 351.90	1.128,88	0,96%
38	N/NE	MT	28.669.379	47,17	R\$ 1.352.26	0.421,17	3,70%
è		BT	55.681.726	61,26	R\$ 3.410.86	60.901,02	9,34%
Distribuidoras		AT	58.302.485	51.63	R\$ 3,009.97	5.171.39	8.25%
Ö	S/SE/CO	MT	110.419.072	81,13	R\$ 8.958.07	2.736,14	24,54%
		BT	166.744.113	105,36	R\$ 17.568.32	1.703,67	48,13%
		AT	20,197,932	30.02	R\$ 606.25	3.571.64	1.66%
Transmissoras S/SE/CO	ras	MT	0	47.17	R\$	0.00	0.00%
	BT	0	61,26	R\$	0.00	0.00%	
msr.		AT	15,516,488	51.63	R\$ 801.06	7.795.20	2,19%
122	S/SE/CO	MT	0	81,13	R\$	0,00	0,00%
		BT	0	105,36	R\$	0,00	0,00%
17.000		AT	0	30.02	R\$	0.00	0.00%
inias	N/NE	MT	273	47,17		2.896,89	0,00%
00		BT	8.809	61,26	R\$ 53	9.593,17	0,00%
Permissionárias		AT	42.188	51.63	R\$ 2.17	8.056.64	0.01%
Ъещ	S/SE/CO	MT	2.078.627	81,13	R\$ 168.63	34.778,34	0,46%
_		BT	2.561.018	105,36	R\$ 269.83	31.301,14	0,74%
			471.946.042	77,34	R\$ 36.499.91	0.055,28	100,00%

Rateio CDE-GD / Concatenação das Quotas Anuais

68. Para fins de orçamento, a previsão de arrecadação de quotas em 2025 corresponde a previsão de despesas da CDE-GD no exercício, R\$ 996,8 milhões. Este valor é composto em parte por valores de descontos tarifários homologados em 2024 e parte estimada a partir da data de requiste tarifário de cada distribuídora mediante a inclusão de projeção de crescimento de mercado GD e da inflação.

69. As quotas da CDE-GD ão concatenadas aos respectivos processos tarifários das distribuídoras, de forma que o recolhimento não ocorre de forma simultânea entre os agentes.

70. Para 2024, considerando o calendário de processos tarifários, foram definidas quotas anuais da CDE-GD em R\$ 1,857 bilhões, observado o recolhimento em 12 parcelas a partir de cada processo tarifário. Estas quotas, que avançam sobre o exercício de 2025, asseguram uma arrecadação neste ano de R\$ 997.2, equivalente portanto à previsão de despesas do exercício.

71. Ainda, da análise da execução financeira, é esperado que a arrecadação de quotas no exercício 2024 supere os repasses para as distribuídoras em cerca de R\$ 600 milhões. Neste contexto, e avaliando as projeções de despesas para o ano de 2025 e 2026, bem como a quotas CDE-GD necessárias para o pleno cumprimento das dobrigações relacionadas aos respectivos descontos tarifários, entende-se possivel manter nula o valor das quotas da CDE-GD a serem considerados nos processos tarifários de 2025. Roba para valor das quotas anuais definitivas, os valores aquí indicados poderão ser revisitados em razão de novas homologações de descontos tarifários, entende-se possivel manter nula o valor das quotas finitivas os valores aquí indicados poderãos ser revisitados em razão de novas homologações de descontos tarifários de 2025. Roba provação das quotas anuais definitivas, os valores aquí indicados poderãos ser revisitados em razão de novas homologações de descontos tarifários e de alteração na previsão de expansão da GD.

descontos tarifários e de alteração na previsão de expansão da GD.

Quotas CDE — Permissionárias e Transmissoras

73. Quanto às permissionárias de distribuição e às concessionárias de transmissão, suas quotas nesse rateic específicos definidos no Submódulo 5.2 do Proret.

74. Para as permissionárias as quotas anuais efetivas são definidas nos processos de reajuste ou revisão tarifária, tendo por referência o custo unitário da CDE USO, o que vale também para a CDE-GD, aplicados ao respectivo mercado de referência. Desta forma, as quotas anuais já são concatenadas e tal procedimento decorre da auséncia de mecanismo de compensação financeira pela diferença entre o custo realizado e a cobertura tarifária da permissionária, a exemplo da CVA aplicada às concessionárias de distribuição.

75. As tabelas abaixo apresentam os **custos unitários resultantes do rateio de quotas** e que considera as diferenças por nível de tensão e região geográfica.

Tabela 6 - Custos Unitários da CDE em 2025

Região	Nível de	Custo Unitário (R\$/MWh)		
Regiao	Tensão	CDE-USO	CDE-GD	
	AT	30,02	0,00	
N/NE	MT	47,17	0,00	
	BT	61,26	0,00	
	AT	51,63	0,00	
S/SE/CO	MT	81,13	0,00	
	BT	105,36	0,00	

76. Para as concessionárias de transmissão são fixadas quotas mensais por meio de Despacho da STR, resultantes do faturamento do encargo tarifaño junto aos consumidores da Rede Básica, considerando a aplicação da TUST-CDE vigente ao mercado realizado. Essa tarifa também é definida a partir do custo unitário da CDE-Lus olentificado no cálculo da quota anual do ano corrente, conforme tabela acima, para o respectivo subsistema e nível de tensão, com vigência de janeiro a dezembro de 2025, devendo ainda incidir as alíquotas de PIS/COFINS das respectivas transmissoras, conforme tabela abaixo

Tabela 7 - TUST CDE 2025

	TU	ST CDE 2025 (R\$/MWh)*	
Subsistema		Regime de Tributação	Pis/Pasep/Cofins
	Sem tributos**	Cumulativo	Não Cumulativo
N/NE	30,02	31,15	33,08
S/SE/CO	51,63	53,58	56,89

* Valores com tributos Pis/Pasep/Cofins: Cumulativo (3,65%), Não cumulativo (9,25%).

Pontos de atenção - Quotas Provisórias

77. A ausência de homologação do orçamento anual e das quotas anuais da CDE podem demandar atuações posteriores da Agência para sanear repercussões tarifárias, a exemplo do observado com o exercício de 2024.

78. Desta forma é preciso ressaltar que a repercussão das quotas da CDE ocorre na aprovação dos 76. Desta folhir a placuso fessaliar que a rupercussad uas quotas la duce ocurre na aprovação dos processos tarifários das distribuidoras, portanto é esperado que para a aprovação dos processos tarifários de margo de 2025 sejam conhecidos os valores definitivos. Esta condição se associa principalmente ao procedimento de concatenação das quotas da CDE-GD, note todas as distribuidoras passama recolher os novos valores de forma concomitante aos processos tarifários, assegurando os recursos para compensar os novos valores de forma concomitante aos processos tarifários, assegurando os recursos para compensar os contos tarifários correspondentes

Demais consumidores cativos que já pagam a Sobrecontratação serão mais onerados no pagamento da CDE-GD, em benefício dos prossumidores de MMGD.

Os maiores pagadores da CDE são os consumidores cativos de BT (baixa tensão). Levando em conta que a CDE tem os maiores beneficiários os grandes consumidores de energia incentivada em AT, os sistemas isolados e os consumidores de baixa renda, não existe justificativa adequada para que os consumidores de BT paguem o dobro por cada MWh em relação aos consumidores de AT.



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO TEXTO/ANEE TEXTO/CONSELHO

79. Além disso, como destacado acima, do rateio de quotas é conhecido o custo unitário da CDE-Uso e CDE-GD, elemento central para a homologação da TUST-CDE e da definição da cobertura concatenada para as permissionárias de distribuíção. A utilização da nova TUST-CDE inicia-se no final de fevereiro, com a instrução de faturamento realizada pelo ONS para a competência de medição de janeiro. Para as permissionárias primeira utilização dos novos valores da CDE se dá nos processos a serem deliberados ao final de abril.

80. Consideradas tais informações, é desejável que a homologação do orçamento da CDE se encerre até o final da primeira quinzena de fevereiro, preservando a função de planejamento associada ao instrumento orçamentário e evitando uma condição precária que implicaria em atos de convalidação ou cobranças

Variações de Custo e Impacto Tarifário

81. Em função do critério de rateio da quota CDE, o impacto tarifário do aumento de seu valor em 2025 é diferenciado por região e por nivel de tensão. Para a CDE-Uso que sinaliza um aumento das quotas de 18,2% em relação ao valor de 2024, temos um aumento da componente tarifária da ordem de 4,8% a ser percebido pelos consumidores das regiões SISEI/CO concetados em AT e, de outro lado, um aumento de 25,8% na componente tarifária para os consumidores das regiões N/NE conectados na BT.

Tabela 8 - Variação do Custo Unitário da CDE-Uso em 2025

Beatle.	Nível de		Custo Unitário (R	\$/MWh) - CDE USO	
Região	Tensão	2024	2025	Δ	
	AT	25,80	30,02	4,21	16,3%
N/NE	MT	38,95	47,17	8,22	21,1%
	BT	48,68	61,26	12,57	25,8%
	AT	49,28	51,63	2,35	4,8%
S/SE/CO	MT	74,39	81,13	6,74	9,1%
	BT	92.98	105.36	12.38	13.3%

Os impactos maiores são dos consumidores cativos de BT, principalmente das regiões N/NE. Importante citar que os consumidores em AT tem a possibilidade de migrar para o mercado livre, com aumento significativamente menor na sua cota de CDE e deixando a Sobrecontratação para o mercado cativo. Estas desigualdades devem ser repensadas pela Aneel e pelo MME pois a cada ano são maiores. Um aumento de 25,8% para o BT nas regiões N/NE é intolerável e necessita de providencias urgentes dos gestores públicos.

82. A tabela a seguir apresenta estimativas para os impactos tarifários médios das quotas CDE de 2025 para os

consumidores com conexão em baixa tensão. Tabela 9 - Impacto tarifário médio da QUOTA CDE 2025 por região – Baixa Tensão

Impacto T	cto Tarifário CDE - Baixa Tensão		
	N/NE	S/SE/CO	
CDE-Uso	1,62%	1,72%	
CDE-GD	-0,55%	-1,14%	
CDE (Cativos)	1,07%	0,58%	

Considerando a inflação do IPCA de 2024 em 4,71% o impacto tarifário produzido apenas pelos efeitos da CDE-USO representa 35% da variação inflacionária, sem considerar os demais impactos que terão repercusão na tarifa nos processos de reajuste ou revisão ao longo de 2025. Importantissimo que a Aned considere as recomendações apontadas por este Conselho de Consumidores para minimizar estes significativos efeitos.

IV. DO DIREITO

 Essa análise encontra fundamentação nos seguintes dispositivos normativos: MPv 998/2020; Leis
 10.438/2002, 12.111/2009, 12.212/2010, 12.783/2013, 12.839/2013, 13.299/2016, 13.360/2016, 14.120/2021, 14.146/2021, 14.182/2021, 14.203/2021, 14.299/2022, 14.300/2022; Decretos 4.541/2002, 7.246/2010 7.583/2011, 7.891/2013, 9.022/2017, 9.642/2018; Resoluções Normativas 472/2012, 800/2017, 801/2017; e

84. Tendo em vista a consolidação do orçamento anual da CDE de 2025 pela CCEE, as diretrizes legais, os procedimentos e metodologias de cálculo do Submódulo 5.2 do Protet, as análises constantes desta Nota Técnica e a relevância da matéria, conclui-se pela instauração de consulta pública, por meio de intercâmbio documental, pelo prazo de 45 dias, para obter subsídios e informações adicionais quanto à proposta orçamentária em tela, que resulta no total de gastos de R\$ 4,060 bilhões, incluindo:

(i) as quotas anuais da CDE – USO, a serem pagas pelos agentes de transmissão e distribuição de energia que atendem consumidores finais, no valor total de R\$ 36,5 bilhões:

(ii) as quotas anuais da CDE – GD, a serem concatenadas nos processos tarifários das distribuidoras, com valor nulo para 2025; e

(iii) os custos unitários da CDE de 2025, definidos em R\$/MWh, a serem percebidos pelos consumidores de ergía elétrica das diferentes regiões e níveis de tensão do atendimento, conforme abaixo:

Tabela 10 - Custos Unitários da CDE em 2025

Região	Nível de Tensão	Custo Unitário (R\$/MWh)		
		CDE-USO	CDE-GD	
N/NE	AT	30,02	0,00	
	MT	47,17	0,00	
	BT	61,26	0,00	
S/SE/CO	AT	51,63	0,00	
	MT	81,13	0,00	
	BT	105,36	0,00	

Comentário

85. As despesas e receitas que compõe a proposta de orçamento da CDE para 2025 têm como referência o estudo submetido pela CCEE, que por sua vez consolidou informações de várias instituições como ANEEL, MME e ONS. Assim, as quotas CDE-USO e CDE-GD, a serem submetidas à consulta pública, seguem a proposta orçamentária da CCEE e as análises serão aprofundas ao longo da fase de contribuições, que junt com atualização de dados e indicadores, poderão trazer modificações nos valores aqui apresentados.

86. Por fim, cabe destacar novamente que a proposta da CCEE não considerou o orçamento do Programa Luz para Todos, pois a consulta pública do MME sobre o assunto foi instaurada após o encaminhamento da proposta orçamentária para a ANEEL. Por isso, é possível observar diferença entre o valor do orçamento a paresentado pela CCEE e o orçamento a es submetido à consulta pública, polos esta considera o orçamento de Programa Luz para Todos proposto pelo MME na abertura da CP nº 178, de 06/11/2024. O outro ponto de alteração na proposta do orçamento se refere a exclusão da expectativa de déficit ao final do exercício de 2024.

VI. DA RECOMENDAÇÃO

87. Pelo exposto e do que consta do Processo nº 48500.003020/2024-11, recomenda-se instaurar consulta pública, por intercâmbio documental, no período de 45 dias, a fim de colher subsidios e informações adicionais sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de

distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

88. Também, face aos prazos envolvidos até a deliberação final deste processo, recomenda-se aprovar as quotas mensais provisórias da CDE-USO, com valor identificado no Anexo I, a serem recolhidas a partir de janeiro/2025 pelas concessionárias de distribuição até o dia 10 do mês de competência.

89. Na consolidação da proposta final para o Orçamento Anual da CDE de 2025, após análise das contribuições recebidas em Consulta Pública a ser conduzida pelas áreas técnicas da ANEEL (STR, SGM, e SFF), serão apresentados os ajustes nos valores dos custos unitários da CDE-Uso e da CDE-GD, bem como das quotas anuais e mensais da CDE-Uso por distribuidora, com efeitos prospectivos.

Importantíssimo que a Aneel considere as recomendações apontadas por este Conselho de Consumidores para minimizar estes significativos efeitos.

ANDRÉ LUCIO NEVES Especialista em Regulação (STR)
ANDRÉ VALTER FEIL Especialista em Regulação (STR)

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES Superintendente de Gestão Tarifária e Regulação Econômica

ANEXO I - QUOTAS CDE - 2025



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PIRATININGA Conselho de Consumidores da CPFL PIRATININGA
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

ATO REGULATÓRIO : NOTA TÉCNICA Nº 187/2024-STR/ANEEL de 05 de dezembro de 2024.

EMENTA: Obter subsídios sobre a proposta de orçamento da CDE de 2025 e das quotas anuais a serem pagas pelos agentes de distribuição e transmissão de energia elétrica que atendem consumidores finais.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos

TEXTO/ANEEL

TEXTO/CONSELHO

ANÁLISE/JUSTIFICATIVA/CONSELHO

	IEA	TO/ANEEL		
Concessionária de Distribuição	Quota Anual 2025		Quotas Mensais - CDE 2025	
oniocosionana ao Disanbanyao	CDE-USO (R\$)	CDE-GD *(R\$)	CDE-USO (R\$)	CDE-GD *(R\$)
AMAZONAS ENERGIA	353.770.322,53	0,00	29.480.860,21	0,00
RORAIMA ENERGIA	70.174.202,62	0,00	5.847.850,22	0,00
CEA EQUATORIAL	53.781.515,03	0,00	4.481.792,92	0,00
CELPA	473.881.951,33	0,00	39.490.162,61	0,00
CERON	205.380.897,98	0,00	17.115.074,83	0,00
ENERGISA AC	64.175.944,32	0,00	5.347.995,36	0,00
ENERGISA TO	149.708.772,02	0,00	12.475.731,00	0,00
EQUATORIAL ALAGOAS	191.232.176,10	0,00	15.936.014,68	0,00
NEOENERGIA PERNAMBUCO	660.570.725,60	0,00	55.047.560,47	0,00
QUATORIAL MARANHÃO	354.587.644,78	0,00	29.548.970,40	0,00
EQUATORIAL PIAUÍ	184.768.017,34	0,00	15.397.334,78	0,00
COELBA	1.052.372.605,95	0,00	87.697.717,16	0,00
ENEL CE	585.917.480,97	0,00	48.826.456,75	0,00
COSERN	285.590.386,84	0,00	23.799.198,90	0,00
ENERGISA PB	261.642.044,59	0,00	21.803.503,72	0,00
ENERGISA SE	148.947.506,93	0,00	12.412.292,24	0,00
SULGIPE	18.520.256,16	0,00	1.543.354,68	0,00
NEOENERGIA BRASÍLIA EQUATORIAL GOIÁS	617.923.709,21	0,00	51.493.642,43	0,00
	1.403.400.261,07		116.950.021,76	
ENERGISA MT CHESP	931.193.916,98 13.647.487.78	0,00	77.599.493,08	0,00
ENERGISA MS	511.870.799,30	0,00	1.137.290,65 42.655.899,94	0,00
ENEL RJ	864.063.543.04	0,00	72.005.295.25	0,00
NERGISA MS	511.870.799,30	0,00	42.655.899,94	0,00
NEL RJ	864.063.543,04	0,00	72.005.295,25	0,00
DP SP	1.184.711.319,27	0,00	98.725.943,27	0,00
NERGISA SS	422.487.434,67	0,00	35.207.286,22	0,00
CEMIG-D CPFL SANTA CRUZ	3.437.352.394,35	0,00	286.446.032,86	0,00
OPFL PIRATININGA	278.675.949,69 1.261.744.595,29	0,00	23.222.995,81	0,00
PFL PAULISTA	2.857.646.025,74	0,00	238.137.168,81	0,00
OMED	47.999.531,50	0,00	3.999.960,96	0.00
ELEKTRO	1.550.608.636,30	0,00	129.217.386,36	0,00
ENEL SP	3.747.487.791,71	0,00	312.290.649,31	0,00
ELFSM	62.807.958,16	0,00	5.233.996,51	0,00
ENERGISA MG	168.530.741,25	0,00	14.044.228,44	0,00
EDP ES	799.615.875,67	0,00	66.634.656,31	0,00
LIGHT	1.896.188.514,67	0,00	158.015.709,56	0,00
RGE	1.550.390.937,24	0,00	129.199.244,77	0,00
CEEE	721.639.885,76	0,00	60.136.657,15	0,00
CELESC	2.312.051.874,45	0,00	192.670.989,54	0,00
COCEL	32.076.192,22	0,00	2.673.016,02	0,00
COOPERALIANÇA	24.875.820,97	0,00	2.072.985,08	0,00
COPEL	2.729.814.595,69	0,00	227.484.549,64	0,00
DEMEI	14.559.376,08	0,00	1.213.281,34	0,00
FLJC	2.259.359,03	0,00	188.279,92	0,00
EFLUL ELETROCAR	8.442.955,13 18.614.146,63	0,00	703.579,59 1.551.178,89	0,00
ORCEL	7.127.898,48	0,00	1.551.178,89 593.991,54	0,00
HDROPAN	12.206.879,92	0,00	1.017.239,99	0,00
DCELT	29.804.695,96	0,00	2.483.724,66	0,00
MUX ENERGIA	7.112.683,95	0,00	592.723,66	0,00
NOVA PALMA	7.435.824.04	0.00	619.652,00	0,00
TOTAL - CONCESSIONARIAS	34.651.392.062,27	0,00	2.887.616.005,19	0,00
Fransmissoras - PREVISAO	1.407.321.366,84	-	117.276.780,57	
Permissionárias - PREVISAO	441.196.626,17	0,00	36.766.385,51	0,00
OTAL	36.499.910.055,28	0.00	3.041.659.171,27	0.00